

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2017

Prezados Senhores: Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores, Mercado de Capitais e à sociedade em Geral, o Relatório da Administração e às Demonstrações Financeiras das Indústrias Romi S.A. ("Romi" ou "Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. O ano de 2017 continua demonstrando fraca atividade econômica e alta volatilidade, porém, pode-se notar em alguns dados macroeconômicos indicativos de uma possível recuperação da economia brasileira, como, por exemplo, a evolução nos índices de confiança quando comparados a janeiro de 2017 e a melhora da utilização da capacidade instalada. Essas melhoras nos dados macroeconômicos ainda não se materializaram de maneira plena no volume de entrada de pedidos da Unidade de Máquinas Romi, embora seja possível notar uma evolução mais significativa na Unidade de Fundidos e Usinados, dos segmentos automotivos comerciais e agrícolas. A Romi continua com o objetivo de tornar sua estrutura mais leve e sua forma de planejamento e produção mais ágil e flexível para responder rapidamente às volatilidades da demanda. Durante os últimos três anos efetuamos diversas otimizações principalmente das estruturas indiretas, reforçamos o foco em projetos de redução de custos e despesas e realizamos investimentos em automação e produtividade, com foco no incremento da rentabilidade em 2017, mesmo em um cenário de fraca atividade econômica. Os impactos dessas medidas podem ser notados nos níveis de rentabilidade da Companhia, que apresentaram expressiva evolução em 2017 em relação a 2016. **DESEMPENHO OPERACIONAL: Receita Operacional Líquida:** A receita operacional líquida auferida em 2017 foi de R\$672,9 milhões, 14,6% superior à registrada em 2016, devido aos seguintes principais fatores: (i) incremento da receita de máquinas no mercado doméstico,

causada pela leve melhora da economia em 2017; (ii) aumento das vendas no mercado externo reflexo da estratégia da Companhia de solidificação da marca no exterior e (iii) incremento da receita da subsidiária alemã B+W em 2017 em C 14,8 milhões, demonstrando que o faturamento tem refletido a sólida entrada e carteira de pedidos. Em 2017, o mercado doméstico foi responsável por 59% da receita operacional líquida consolidada da Companhia. A receita obtida no mercado externo, que considera as vendas realizadas pelas subsidiárias da Romi no exterior (México, Estados Unidos, Reino Unido, França, Itália, Alemanha, Espanha e B+W), foi de US\$83,8 milhões, montante 32,8% superior ao alcançado em 2016. Esse incremento na receita do mercado externo deve-se tanto à subsidiária alemã B+W quanto às subsidiárias Romi, cujos fatores estão comentados no parágrafo anterior. Em 2017, a entrada de pedidos foi de R\$ 707,6 milhões, montante 13,6% superior ao obtido no ano de 2016. **Margens:** Em 2017, a margem bruta foi de 28,2%, 8,3 pontos percentuais acima da obtida em 2016. Essa evolução da margem bruta possui como principais fatores: (i) ajustes operacionais com adequação da estrutura ao atual nível de atividade; (ii) principalmente nos anos de 2016 e de 2015; (iii) monitoramento rígido dos custos e despesas e (iii) melhor volume de atividade na subsidiária alemã B+W. **Resultado Líquido:** O lucro líquido do ano de 2017 foi R\$ 37.954,2 milhões. **2. INVESTIMENTOS:** Ao longo do ano de 2017 foram investidos R\$ 29 milhões, sendo aproximadamente R\$ 11 milhões destinados à instalação de uma máquina de moldagem automática para a Unidade de Negócio de Fundidos e Usinados. Esse equipamento permitirá que o atual processo seja automatizado, deixando-o mais competitivo, além de aumentar a capacidade e a qualidade na entrega de peças fundidas e usinadas de médio porte. A instalação continuará ocorrendo ao longo do ano de 2017, com início da

produção previsto para 2018. As demais despesas de investimento foram destinadas, em parte, à manutenção, produtividade, flexibilidade e competitividade das demais unidades do parque industrial, dentro do plano de investimento previsto para o ano de 2017. **3. AUDITORIA EXTERNA:** Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras, pela Companhia Ernst & Young Auditores Independentes S.S. **4. ARBITRAGEM:** As ações da Romi encontram-se listadas no Novo Mercado da B3, segmento diferenciado de listagem que engloba aquelas Companhias que, de forma espontânea, se destacam na adoção dos mais elevados padrões de governança corporativa. Consequentemente, a Companhia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Novo Mercado da B3. Desta forma, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no seu Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Novo Mercado.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - Exercícios findos em 31 de dezembro
Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação expresso em reais

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Receita operacional líquida	2	468.502	445.097	672.873	586.917
Custos de produtos e serviços vendidos	26	(340.111)	(370.025)	(483.230)	(465.936)
Lucro bruto		128.391	75.072	189.672	116.986
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas		(39.339)	(46.751)	(67.736)	(72.846)
Gerais e administrativas		(26.941)	(34.129)	(52.143)	(64.592)
Pesquisa e desenvolvimento		(16.772)	(19.492)	(16.772)	(19.492)
Participação e honorários da Administração		6.718	(5.134)	(6.815)	(5.230)
Resultado de participações societárias	8	5.710	(14.690)	—	—
Outras receitas operacionais, líquidas		3.179	1.249	5.094	730
Lucro (prejuízo) operacional		(80.881)	(118.947)	(138.372)	(161.430)
Receitas (prejuízo) financeiras		47.510	(43.875)	51.265	(44.434)
Receitas financeiras		13.805	17.630	15.822	20.773
Despesas financeiras		(12.926)	(15.999)	(14.840)	(19.458)
Variação cambial, líquida		3.102	(5.013)	2.846	(5.098)
		3.981	(3.382)	3.828	(8.783)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(31.491)	(47.257)	55.093	(48.217)
Imposto de renda e contribuição social		(15.829)	7.562	(17.139)	8.748
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		37.662	(39.695)	37.954	(39.469)
Atribuível a					
Participação dos acionistas controladores		—	—	37.662	(39.695)
Participação dos acionistas não controladores		—	—	292	226
		—	—	37.954	(39.469)
Lucro (prejuízo) básico por ação em reais - R\$		16	0,60	(0,63)	—

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro - Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Controladora	Consolidado
	2017	2016
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	37.662	(39.695)
Efeito de conversão de moeda estrangeira	13.290	(25.357)
Lucro líquido (prejuízo) abrangente do exercício	50.952	(65.052)
Atribuível a		
Participação dos acionistas da controladora	—	50.952
Participação dos acionistas não controladores	—	226
	—	51.244

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro - Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Controladora	Consolidado
	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais	37.662	(39.695)
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(12.926)	(15.999)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	13.290	(25.357)
Variação líquida das atividades operacionais	37.954	(39.469)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Valores expressos em milhares de reais - R\$

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	66.634	60.671	102.510	101.510
Aplicações Financeiras	3	16.842	20.831	16.842	20.831
Duplicatas a receber	4	70.359	60.227	120.303	94.216
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	88.114	102.356	88.114	102.356
Estoque	6	162.517	182.215	241.891	264.587
Partes relacionadas	8	42.052	36.566	—	—
Impostos e contribuições a recuperar	7	7.119	21.980	11.780	24.402
Outros créditos	8	8.594	12.852	10.753	14.541
		462.231	497.698	592.193	622.443
NÃO CIRCULANTE					
Duplicatas a receber	4	11.310	11.996	11.310	11.996
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	79.819	67.323	79.819	67.323
Impostos e contribuições a recuperar	7	778	777	778	777
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	49.426	56.232	49.426	57.984
Depósitos judiciais	14	2.057	2.115	2.057	2.115
Outros créditos	14	10.835	8.806	11.125	9.065
		154.225	147.249	154.515	149.260
Investimentos em controladas	7	137.727	122.505	—	—
Imobilizado	10	190.852	193.721	257.939	252.033
Propriedade para investimento	9	13.500	13.227	18.602	17.538
Intangível	11	1.124	758	52.174	42.846
		497.428	477.460	483.230	461.677
TOTAL DO ATIVO		959.659	975.158	1.075.423	1.084.120

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Participação dos acionistas não controladores	Total
			Reserva de lucros	Reserva legal	Total				
Saldos em 31 de dezembro de 2015	492.025	—	98.966	41.755	140.721	43.051	—	670.719	
Efeitos de conversão para moeda estrangeira	—	—	—	—	—	(25.357)	(39.695)	(60.052)	
Total dos resultados abrangentes reconhecido no período	—	—	—	—	—	(25.357)	(39.695)	(60.052)	
Aquisição de ações de emissão própria	—	(5.705)	—	—	—	—	—	(5.705)	
Cancelamento das ações em tesouraria de emissão própria	—	10.783	—	—	—	—	—	10.783	
Absorção do prejuízo do exercício	—	—	—	—	—	—	—	—	
Dividendos distribuídos por controlada	—	—	—	—	—	—	—	—	
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	—	5.078	(50.478)	—	(50.478)	—	—	(95,478)	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	492.025	—	48.488	41.755	90.243	17.694	—	599.962	
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	37.662	37.662	75.324	
Efeitos de conversão para moeda estrangeira	—	—	—	—	—	13.290	—	13.290	
Total dos resultados abrangentes reconhecido no período	—	—	—	—	—	13.290	37.662	50.952	
Dividendos distribuídos por controlada	—	—	—	—	—	—	—	—	
Transferência entre reservas	—	—	—	—	—	—	—	—	
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	—	—	26.834	1.883	28.717	—	(8.945)	19.689	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	492.025	—	75.322	43.638	118.960	30.984	1.531	643.500	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS
A Indústrias Romi S.A. ("Controladora"), listada no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, desde 23 de março de 2007, com sede no município de Santa Bárbara do Oeste, Estado de São Paulo, e suas controladas (conjuntamente "Companhia") tem por objeto a indústria e o comércio de bens de capital em geral, de máquinas-ferramenta, de máquinas para plásticos, de equipamentos e acessórios industriais, de ferramentas, partes e peças em geral; a análise de sistemas e a elaboração de programas para processamento de dados quando ligados à produção, comercialização e uso de máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos; a indústria e o comércio de fundidos brutos e usinados; e a exportação e importação, representação por conta própria ou de terceiros e prestação de serviços relacionados com suas atividades, bem como a participação, como sócia, acionista ou cotista, em outras sociedades civis ou comerciais e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e no exterior, e a administração de bens próprios e de terceiros. O parque industrial da Companhia é formado por onze fábricas, em três estabelecimentos na cidade de Santa Bárbara do Oeste, no Estado de São Paulo, e um na cidade de Reutlingen, na Alemanha, sendo essa unidade de produção de máquinas-ferramenta especiais de grande porte. A Companhia ainda participa em controladas no Brasil e no exterior. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para divulgação em 6 de fevereiro de 2018.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS
As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), assim de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "Ajustes de avaliação patrimonial". Esses efeitos não são reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento. Após reduzir o zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão para passivo a descoberto) é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou contratuais (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da controlada. Do valor pago na aquisição, o montante que excede o valor justo do patrimônio líquido da adquirida na data da transação é tratado contabilmente como ágio por rentabilidade futura. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (Nota 2.11). Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. **(b) Consolidado:** A Companhia consolida integralmente as demonstrações financeiras da Controladora e de todas as empresas controladas. A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das empresas controladas são avaliadas separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de "Participação dos acionistas não-controladores". As transações e saldos entre a Companhia e suas controladas são eliminados no processo de consolidação e eventuais ganhos e perdas decorrentes destas transações são igualmente eliminadas. As políticas contábeis das controladas e coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

2.3. Conversão de moeda estrangeira e das demonstrações financeiras das controladas no exterior: Os saldos de ativos e passivos da controladora e das controladas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária) são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado (receitas e despesas) são convertidas pelas taxas de câmbio mensuradas (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio das operações). As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas, separadamente, no patrimônio líquido na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial". Ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento. **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas localizadas no Brasil. A moeda funcional das controladas no exterior é determinada com base no ambiente econômico principal em que elas operam, sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras, essas são convertidas para o Real (R\$) na data do fechamento. **(b) Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos em moeda estrangeira são convertidos para o Real (R\$) no balanço patrimonial consolidado e no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de "Participação dos acionistas não-controladores". As transações e saldos entre a Companhia e suas controladas são eliminados no processo de consolidação e eventuais ganhos e perdas decorrentes destas transações são igualmente eliminadas. As políticas contábeis das controladas e coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de até 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data-base do balanço. **2.5. Ativos financeiros: (a) Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, como empréstimos e recebíveis. São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são passivos em termos de risco de crédito, e os seguintes: Ativos financeiros convertíveis em moeda estrangeira com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método de taxa efetiva de juros. No caso da Companhia, compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Nota 3), duplicatas a receber (Nota 4), valores a receber - repasse Finame Fabricante (Nota 5), outros créditos, partes relacionadas (Nota 8) e depósitos judiciais. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou utilizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **(b) Avaliação da recuperabilidade de ativos:** Ativos financeiros são avaliados objetivamente a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (impairment). Este ativo financeiro são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Tais evidências contemplam o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) e descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor do ativo não estiver mais reduzido, a diminuição poderá ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido, como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.6. Duplicatas a receber:** As duplicatas a receber de clientes correspondem, substancialmente, aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as duplicatas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As duplicatas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros reduzido das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa. **2.7. Estoques:** Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As perdas por realização

estokes de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. **2.8. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico deduzido da respectiva depreciação, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados incorridos durante a fase de construção das novas unidades. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração à vida útil econômica estimada dos bens. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esse item forem prováveis e os valores esperados superarem os custos de manutenção. O saldo residual do item substituído é eliminado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. As vidas úteis do ativo imobilizado por categoria estão descritas na Nota 10. O valor residual dos itens do imobilizado são baixados imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o respectivo valor recuperável. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **2.9. Propriedades para investimento:** As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na Nota 9. As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, deduzido de provisões para perdas por deterioração e menos o tempo de vida útil estimado dos bens. **2.10. Intangível:** É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (Nota 2.11). Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios (tecnologia, relacionamento de clientes, carteira de clientes) são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflète o benefício econômico do ativo intangível. Os ativos intangíveis são revisados anualmente para efeitos de avaliação por perdas pela não recuperabilidade, ou se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias do ativo ou do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas as perdas do método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício. Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são registrados na rubrica de intangível, quando aos requisitos de desenvolvimento. Quando esses critérios não são atingidos, esses gastos são registrados ao resultado do exercício quando incorridos como "Pesquisa e desenvolvimento". **2.11. Redução ao valor recuperável dos ativos e reversão de eventual provisão constituída - ativos não financeiros:** Na data de cada demonstração financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

oferecem direito a desconto futuro por incremento de volume/produtividade, no entanto, de início e com base no histórico a Companhia não visualiza impacto significativo, em 31 de dezembro de 2017, dessa contribuição variável. (iii) Obrigações de garantia: A Companhia geralmente fornece garantias para reparos gerais e não fornece garantias estendidas em seus contratos com clientes. Assim, a maioria das garantias existentes será de garantias na modalidade de asseguração de acordo com a IFRS 15, que continuará a ser contabilizada de acordo com a IAS 37 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, de forma condizente com sua prática atual. (iii) Componente de financiamento: De acordo com a IFRS 15, em Máquinas Romi, a Companhia identificou que na comercialização de máquinas semi-novas há componente de financiamento, pois esta operação é financiada ao cliente final com recursos próprio da Companhia, e o custo financeiro está inserido no valor de venda da máquina (nota fiscal). Desta forma, a Companhia estima que na adoção inicial da IFRS 15, não haveria impacto significativo no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017. (iv) Exigências de apresentação e divulgação: As exigências de apresentação e divulgação na IFRS 15 são mais detalhadas do que nas IFRS em vigor. As exigências de apresentação representam uma mudança significativa com relação à prática em vigor e aumentam significativamente o volume de divulgações exigidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Muitas das exigências de divulgação da IFRS 15 são novas e a Companhia avaliou que o impacto de algumas delas será significativo. Em particular, a Companhia espera que as notas às demonstrações financeiras sejam expandidas devido à divulgação de julgamentos significativos realizados: em que momento determinar o preço da transação desses contratos que incluem uma contraprestação variável, como o preço da transação tem sido alocado às obrigações de desempenho e os pressupostos adotados para estimar os preços individuais de venda de cada obrigação de desempenho. Além disso, conforme exigido pela IFRS 15, a Companhia desagregará as receitas reconhecidas de contratos com clientes em categorias que descrevem como a natureza, o montante, a época e a incerteza das receitas e dos fluxos de caixa são afetados por fatores econômicos. Também divulgará informações sobre a relação entre a divulgação de receita desagregada e as informações de receita divulgadas para cada segmento passível de divulgação em relatório. **Transferências de Propriedade para Investimento - Alterações a IAS 40:** As alterações esclarecem que momento uma entidade deve transferir propriedades, incluindo construções em andamento ou incorporações, para propriedades de investimento, e quando deve retirá-las. As alterações indicam que uma mudança na utilização ocorre quando a propriedade se enquadra ou deixa de se enquadrar na definição de propriedade para investimento e há evidências da mudança em sua utilização. Uma mera mudança nas intenções da Administração para o uso de uma propriedade não evidencia uma mudança na utilização. As entidades devem aplicar as alterações prospectivamente às mudanças de utilização, que ocorrem a partir do início do período de apresentação de relatório anual em que a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Uma entidade deve reavaliar a classificação do imóvel detido na referida data e, se for o caso, reclassificar a propriedade para refletir as condições existentes naquela data. Com vigência para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia aplicará as alterações quando entrarem em vigor. A Companhia não espera nenhum efeito em suas demonstrações financeiras. **IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil:** A nova norma requer que as Companhias tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2019 e substitui a IAS 17 - "Arrendamento mercantil" e interpretações. A administração está avaliando os impactos da sua adoção.

2.25. Apresentação de informações por segmentos: As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Caixa e depósitos em conta corrente	2.899	3.474	14.545	19.934
Certificado de depósito bancário "CDB" (a)	10.839	25.854	29.380	43.431
Aplicações financeiras lastreadas por debêntures (a)	19.445	21.435	19.442	23.491
Fundos de investimento DI e renda fixa	34.774	7.913	34.774	7.913
Aplicações financeiras em moeda estrangeira - US\$ (TimeDeposit)	1.819	1.955	7.511	7.025
Outros	30	40	30	56
Total de caixa e equivalente de caixa	69.806	60.671	105.682	101.810
Certificado de depósito bancário "CDB" (b)	13.670	17.841	13.670	17.841
Aplicações financeiras lastreadas por debêntures (b)	-	2.990	-	2.990
Total de títulos mantidos para negociação	13.670	20.831	13.670	20.831

(a) Essas aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Essas aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI e estão dadas em garantias a compromissos assumidos.

4. DUPLICATAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante	63.443	59.169	64.243	59.170
Clientes no país	8.017	3.601	61.283	40.473
Clientes no exterior	(1.101)	(2.543)	(5.223)	(5.427)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	70.359	60.227	120.303	94.216
Não circulante	8.399	10.959	8.399	10.959
Clientes no país	2.912	1.268	2.912	1.268
Clientes no exterior	(1)	(231)	(1)	(231)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	11.310	11.996	11.310	11.996

As duplicatas a receber de clientes estão registradas pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam de seus valores justos. O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo circulante em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Valores a vencer	56.453	50.792	97.023	75.096
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	8.203	6.742	14.073	12.609
De 31 a 60 dias	1.371	378	2.745	1.796
De 61 a 90 dias	662	76	1.182	793
De 91 a 180 dias	816	469	2.259	965
De 181 a 360 dias	1.201	677	1.527	2.013
Mais de 360 dias	2.754	3.636	6.717	6.371
Total	15.007	11.978	28.503	24.547
Perdas estimadas para créditos de liq. duvidosa	(1.101)	(2.543)	(5.223)	(5.427)
Total circulante	70.359	60.227	120.303	94.216

Em 31 de dezembro de 2017, contas a receber de clientes no valor de R\$ 13.907 (2016 - R\$ 9.435 - Controladora) e R\$ 23.281 (2016 - R\$ 19.120 - Consolidado) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência ou para os quais a Companhia possui as garantias reais. O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2017, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Valores a vencer:		
2019	9.071	-
2020	2.148	-
2021	88	-
Acima de 2021	4	-
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(1)	-
Total - não circulante	11.310	-

A movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro	2.774	3.054	5.658	8.443
Créditos reconhecidos no exercício	4.358	454	4.589	808
Créditos baixados definitivamente da posição	(6.030)	(734)	(6.419)	(2.530)
Varição cambial	1.396	(1.063)	-	-
Saldo em 31 de dezembro	1.102	2.774	5.224	5.658

5. VALORES A RECEBER - REPASSE FINAME FABRICANTE

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante	60.903	74.828
FINAME a vencer	1.635	339
FINAME aguardando liberação (a)	36.174	39.622
FINAME em atraso (b)	98.712	114.789
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(10.598)	(12.433)
Total	88.114	102.356
Não circulante	73.862	67.073
FINAME a vencer	6.540	1.357
FINAME aguardando liberação (a)	80.402	68.430
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(583)	(1.107)
Total	167.933	169.679

Os valores a receber - repasse FINAME Fabricante - são provenientes das vendas financiadas com recursos obtidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 13), e estão registrados pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam de seus valores justos. FINAME Fabricante é uma linha utilizada pela Romi com prazos até 48 meses, incluindo carência de até 3 meses com custo estimado de 13,1% ao ano, obedecendo as condições previamente estabelecidas pelo BNDES à época do financiamento. Adicionalmente, considera-se para definição das condições de financiamento, as características do cliente. Os recursos são liberados pelo BNDES mediante a identificação do cliente e a venda e o enquadramento do cliente às condições da Circular nº 195, de 28 de julho de 2006, emitida pelo BNDES, através de agente financeiro, com a formalização de um contrato de financiamento em nome da Companhia e anuência do cliente a ser financiado. As condições de valores, prazos e encargos da operação são integralmente refletidas nos valores a receber pela Companhia a serem repassados ao banco interveniente do contrato do qual a Companhia é a devedora. A Companhia possui reserva de domínio do equipamento objeto da venda até a liquidação final da obrigação pelo cliente. A diferença entre os valores a receber - repasse FINAME Fabricante e a pagar, são representados por: (a) FINAME aguardando liberação: referem-se a operações que já foram caracterizadas e aprovadas pelas partes envolvidas, incluindo a preparação da documentação, a emissão da nota fiscal de venda e a entrega da mercadoria ao cliente. O crédito dos respectivos recursos em conta corrente da Companhia pelo banco agente estava pendente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, em virtude dos prazos normais operacionais do banco agente. (b) FINAME em atraso: referem-se a valores a receber não quitados pelos clientes na data de vencimento. A Companhia registra provisão para eventual perda na realização desse saldo, no montante correspondente à diferença entre o valor esperado de alienação da máquina recuperada, como resultado da execução da cláusula de reserva de domínio das máquinas vendidas (garantia real), e o valor do contas a receber do cliente inadimplente. Para os casos onde a garantia real não é localizada, é constituída provisão integral para perda sobre o saldo das contas a receber. As máquinas apreendidas como parte do processo de execução, são registradas ao valor contábil, o qual não supera o seu valor de mercado, na rubrica de "Outros créditos", aguardando a decisão final da justiça, quando então, são reintegradas e transferidas para o grupo de estoques. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de máquinas apreendidas, incluído na rubrica de outros créditos, apresentava, na controladora e no consolidado, o montante de R\$ 1.699 (R\$ 4.015 em 31 de dezembro de 2016) no ativo circulante, e R\$ 10.404 (R\$ 8.246 em 31 de dezembro de 2016) no ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, estavam distribuídos como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Valores a vencer	62.538	75.167
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	1.496	2.070
De 31 a 60 dias	1.082	1.292
De 61 a 90 dias	885	1.346
De 91 a 180 dias	2.718	3.633
De 181 a 360 dias	4.579	5.295
Mais de 360 dias	25.414	25.986
Total - Circulante	36.174	39.622
Total	98.712	114.789

A expectativa de realização dos valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, classificados no ativo não circulante, é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Valores a vencer:	39.937	-
2019	25.415	-
2020	14.522	-
2021 e após	10.500	-
Total - não circulante	80.402	-

A movimentação das estimativas para perdas de créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Saldo inicial	13.432	14.332
Créditos reconhecidos (ou baixados) no exercício	(2.359)	(792)
Saldo final	11.073	13.540

A constituição e a baixa das perdas estimadas para os créditos de liquidação duvidosas foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas". A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Produtos acabados	27.389	38.077	56.200	70.462
Máquinas usadas	16.501	22.939	16.501	22.939
Produtos em elaboração	57.515	62.146	88.709	94.964
Materia-prima e componentes	58.806	57.487	77.499	74.656
Importações em andamento	2.306	1.566	2.562	1.566
Total	162.517	182.215	241.891	264.587

Os saldos de estoques, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2017, estão líquidos dos montantes de R\$ 33.911 e R\$ 35.325, respectivamente (R\$ 43.095 controladora e R\$ 46.515 consolidado em 31 de dezembro de 2016, respectivamente) referente à perda para realização dos estoques de baixa movimentação e com perspectivas remotas de realização por venda ou utilização. A movimentação das perdas para realização dos estoques ao valor realizável líquido, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Saldo em 1º janeiro de 2017	43.095	46.515	43.095	46.515
Estoques vendidos ou baixados	(30.577)	(30.637)	(30.577)	(30.637)
Constituição de perdas	9.207	9.359	9.207	9.359
Varição cambial	-	(2.098)	-	(2.098)
Transferência de perdas advinda de máquinas apreendidas no exercício	12.186	12.186	12.186	12.186
Saldo em 31 de dezembro de 2017	33.911	35.325	33.911	35.325

A composição das perdas para realização dos estoques por classe de estoque está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Produtos acabados	1.852	2.894	3.266	6.314
Máquinas usadas	14.542	19.565	14.542	19.565
Produtos em elaboração	4.520	5.602	4.520	5.602
Materia-prima e componentes	12.997	15.034	12.997	15.034
Total	33.911	43.095	35.325	46.515

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo dos produtos e serviços vendidos" totalizou R\$ 340.111 (2016 - R\$ 370.025) na Controladora e R\$ 483.236 (2016 - R\$ 469.921) no Consolidado.

	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa Controladas (2)	Rominor (3)	Romi Machine Tools (4)	Romimor Empreendimentos Imobiliários S.A. (anteriormente denominada Romi Empreendimentos)	Romi A.L. S.A. ("Romi A.L.")	IRSA Máquinas México S. de R. L. de C.V. (anteriormente denominada Sandretto México).
Investimentos:							
Número de ações/cotas representativas do capital social	(a)	(a)	6.191.156	3.000.000	78	13.028.000	1.188.000
Participação do capital social	100,0%	100,0%	93,1%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Ativo circulante	42.934	87.345	21.742	13.049	2.405	6.138	5.049
Ativo não circulante	6.443	112.038	522	145	-	1	63
Passivo circulante	31.650	62.507	167	13.858	-	-	4.438
Passivo não circulante	11.453	35.205	-	-	-	1	4.438
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) da controlada	6.274	101.671	22.097	(664)	2.405	6.137	674

7. INVESTIMENTOS

	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa Controladas (2)	Rominor (3)	Romi Machine Tools (4)	Romimor Empreendimentos (5)	Romi A.L. (6)	IRSA Máquinas México (7)	Total
Saldo contábil do investimento em 31 de dezembro de 2016	5.566	85.025	21.093	1.530	2.423	5.747	1.121	122.505
Varição cambial sobre investimentos no exterior	505	12.593	-	(57)	-	(163)	-	13.290
Dividendos declarados e distribuídos (b)	-	-	(4.442)	-	-	-	-	(4.442)
Resultado de participações societárias	203	4.053	3.915	(2.137)	(18)	553	(859)	5.710
Valor patrimonial equivalente - saldo final	6.274	101.671	20.566	(664)	2.405	6.137	674	137.063
Investimento em controladas	6.274	101.671	20.566	(664)	2.405	6.137	674	137.727
Provisão para passivo a descoberto - controladas	-	-	-	(664)	-	-	-	(664)

(a) Os atos societários das controladas não possuem o capital dividido em cotas ou ações; (b) Distribuição de Dividendos efetuada pela subsidiária ROMINOR, aprovada nas seguintes datas: (i) pela Assembleia Geral Ordinária de 7 de fevereiro de 2017, no valor de R\$ 1.643, referente ao 2º semestre de 2016; (ii) pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de julho de 2017, no valor de R\$ 3.130, referente ao 1º semestre de 2017. A Companhia recebeu, dessas distribuições, o montante de R\$ 4.442 (R\$ 1.529 referente à 2016, como complemento dos dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 2.913, em 2017, como dividendos intermediários).

	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa Controladas (2)	Rominor (3)	Romi Machine Tools (4)	Romimor Empreendimentos (5)	Romi A.L. (6)	IRSA Máquinas México (7)	Total
Investimentos:								
Número de ações/cotas representativas do capital social	(a)	(a)	6.191.156	3.000.000	78	13.028.000	1.188.000	-
Participação do capital social	100,0%	100,0%	93,1%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	-
Ativo circulante	35.190	83.077	19.971	14.020	2.423	5.748	5.892	-
Ativo não circulante	5.926	93.645	2.984					

12. CONTINUAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. FINANCIAMENTOS

A movimentação dos financiamentos, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Circulante		Não Circulante		Vencimento	Amortização do principal	Encargos financeiros	Garantia	Total
	2017	2016	2017	2016					
Financiamentos de exportação (a)	40.098	66.327	-	38.142	17/12/18	Parcela única/Mensal	Taxas 11,00% a.a. (pré-fixado) e 50% com carência (4,26% e 4,71% a.a. + SELIC) + 50% de 13 meses (4,00% e 4,45% a.a. + TJLP)		40.098
Programa de Sustentação do Investimento - BNDES PSI (b1 e b2)	9.233	6.140	28.017	37.188	16/01/23	Trimestral/Mensal	Taxas de 3,00% a 4,00% a.a.		37.250
Imobilizado - moeda nacional	-	-	11.882	-	16/11/17	Mensal	TJLP + Juros de 1,63% a.a. Taxas 3,50% a 10,53% a.a. (com variação TJLP 365/366)		6.918
FINAME diversos	2.303	2.954	4.615	5.328	15/01/24	Trimestral/Mensal	Juros de 3,52% a 6,25% a.a. + Variação Cambial		14.533
Financiamento à Importação (FINIMP)	14.533	3.878	-	-	30/11/18	Parcela única	TJLP + 5,00% a.a. + Dedução 6,00%	Clear/Aval Rominor	7.195
Finop URTI-01 (c)	5.079	5.040	2.116	7.103	15/05/19	Mensal	TJLP + 5,00% a.a. + Dedução 6,00%	Fiança Bancária	105.994
Controladora	71.246	96.221	34.748	87.761					2.924
Capital de Giro	2.924	3.214	-	-	16/02/17	Parcela única	3,75% a.a. + 3,50% a.a.	Standby Industrias Romi S.A.	12.318
Burkhardt + Weber (B+W) - Financiamento construção centro de tecnologia e administração - € (d)	-	-	12.318	12.577	30/06/27	Trimestral	2,40% a.a.	Ativo imobilizado (Prélio)	121.236
Consolidado	74.170	99.435	47.066	100.338					

(a) A Companhia captou R\$ 45.381 através do contrato de financiamento firmado com o BNDES, pelo programa de Sustentação do Investimento - BNDES PSI (sendo duas operações de agosto de 2015 e uma de maio de 2016). O valor das contratações, liberação e taxas de financiamento estão demonstradas no quadro abaixo. A Companhia se obriga a exportar, até a data de liquidação do contrato o equivalente a US\$ 21.429, sendo que até 31 de dezembro de 2017 foram exportados US\$ 8.367. A garantia do empréstimo se dá através de Nota Promissória/Aval da sua subsidiária Rominor. Na ocorrência de não exportação dentro do prazo estipulado, será exigida multa contratual da Companhia correspondente a 10% sobre o valor inadimplido. A Companhia espera cumprir as condições de exportação estabelecidas no contrato de financiamento. Não existem cláusulas de cumprimento de índices financeiros.

Valor da contratação	Data de liberação	Vencimento		Taxa de financiamento	
				2017	2016
9.460	agosto/15	agosto/18	50% (4,26% a.a. + SELIC)	50% (4,00% a.a. + TJLP)	
15.916	agosto/15	agosto/18	50% (4,71% a.a. + SELIC)	50% (4,45% a.a. + TJLP)	
20.005	dezembro/15	dezembro/18		11,00% a.a. (pré-fixado)	
45.381					

(b1) Em junho de 2013 foi autorizada à Diretoria da Companhia a contratar um financiamento junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no valor de R\$ 27.762 divididos em quatro subcréditos, com as finalidades de desenvolvimento de novos produtos, produção de protótipos nacionais, aquisição de maquinário e expansão da capacidade produtiva das plantas de usinagem, com taxa de juros variando entre 3,0% e 3,5%, com carência de 05 a 24 meses e prazo de pagamento de 83 meses (incluindo a carência). Nesse contrato foi constituído uma cláusula de obrigações contratuais que se refere à constituição dos seguintes convênios: (i) Índice de Capitalização; (ii) Índice de Distribuição de Resultados; (dividendos + JSCP/Lucro Líquido do Exercício) limitado a 0,25. (b2) Em dezembro de 2014 foi autorizada à Diretoria da Companhia a contratar um financiamento junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no valor de R\$ 35.631, com as finalidades de desenvolvimento de novos produtos e produção de protótipos nacionais nos anos de 2015 e 2016, com taxa de 4,00% a.a., com carência de 23 meses e prazo de pagamento de 96 meses (incluindo a carência). Nesse contrato foi constituído uma cláusula de obrigações contratuais que se refere à constituição dos seguintes convênios: (i) Índice Financeiro Consolidado Auditado; (ii) Índice Financeiro Consolidado Auditado; (iii) Índice Financeiro Consolidado Auditado; (Divida Total Líquida/Passivo Total) menor ou igual a 0,25. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia cumpriu com todas as cláusulas restritivas dos itens (b1) e (b2) acima. (c) Contrato firmado entre a Companhia e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) em 15 de maio de 2014, para desenvolvimento do sistema piloto de manufatura flexível para usinagem de peças de máquinas-ferramenta com objetivo de redução de custos set-up e de usinagem, reduzindo tempo de entrega de seus produtos. (d) Em 5 de julho de 2013, Burkhardt + Weber firmou Contrato de Financiamento com o Commerzbank em Reutlingen (Alemanha) no montante de R\$ 9.361 (equivalente a € 3,6 milhões), o qual é suportado pelo KfW Bank (Kredit-anstalt für Wiederaufbau), com vencimentos trimestrais iniciando-se em 30 de setembro de 2014, encerrando-se em 30 de junho de 2027 (15 anos). O montante liberado é destinado exclusivamente para construção das instalações destinadas a pesquisa e desenvolvimento e atividades suporte tais como suprimentos e vendas. O financiamento tem carência de 24 meses, e juros fixos de 2,4% ao ano são devidos trimestralmente, inclusive durante o período de carência. Não existem cláusulas de cumprimento de índices financeiros. Os vencimentos de financiamentos registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2017, controladora e consolidado, são como segue:

	Controladora	Consolidado
2019	12.786	13.234
2020	8.474	20.344
2021	6.403	6.403
2022	6.140	6.140
2023 e após	9.425	9.425
Total	34.748	47.066

13. FINANCIAMENTOS - FINAME FABRICANTE

	Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante	55.463	67.177
FINAME Fabricante		
Não circulante	72.770	62.953
FINAME Fabricante		
Total	128.233	130.130

Os contratos de financiamento FINAME fabricante são garantidos por notas promissórias e avais, sendo a principal garantidora a controladora Rominor, e os saldos são diretamente relacionados com os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME fabricante", tendo em vista que as operações de financiamento são diretamente vinculadas às vendas a clientes específicos. As condições contratuais relacionadas aos valores, encargos e prazos financeiros no programa são integralmente repassadas aos clientes financiados e os recebimentos mensais oriundos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME fabricante" são integralmente utilizados para as amortizações dos contratos de financiamento vinculados. A Companhia atua, portanto, como repassadora dos recursos aos bancos intervenientes das operações de financiamento, porém, permanece como a principal devedora dessa operação. Os saldos da rubrica "Financiamentos - FINAME Fabricante" e, consequentemente os da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME fabricante" em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, foram atualizados em valores corrigidos monetariamente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras. A diferença entre esses saldos no montante de R\$ 39.700 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 39.549 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a duplicatas em atraso, renegociações em andamento por atraso e operações ainda não liberadas pelo banco agente. A administração entende não existirem riscos de liquidação desses montantes a receber, tendo em vista que os valores possuem garantia real das próprias máquinas comercializadas. Os vencimentos de FINAME fabricante registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2017, controladora e consolidado, são como seguem:

	Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
2019	36.798	23.164
2020	21.164	20.344
2021	12.693	6.403
2022 e após	115	115
Total	72.770	50.026

14. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

	Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Fiscais	53.805	51.278
Cíveis	1.986	2.177
Trabalhistas	3.383	4.204
(-) Depósitos judiciais/ outros créditos	(53.399)	(50.565)
Total	5.775	7.094
Passivo circulante	5.007	6.381
Passivo não circulante	768	713
Total	5.775	6.568

O saldo de processos judiciais registrado no passivo circulante está demonstrado nas rubricas de "Salários e encargos sociais" e "Outros contas a pagar". A administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou as ações de naturezas tributária, civil e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Compensação de IRPJ 2002 e 2003	1.267	1.267
Excesso de IRPJ de contribuição social sobre JCP	31.341	30.743
Cíveis		
Perdas e danos	3.270	4.368
Trabalhistas	3.302	562
Total	39.180	36.940

Para os processos cujas perdas foram classificadas como prováveis e obrigações legais em discussão judicial de inconstitucionalidade, a Administração registrou provisão para passivos eventuais e contas a pagar, cuja movimentação no período findo em 31 de dezembro de 2017 está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2016	Adições 31 de dezembro de 2017	Utilizações/ reversões 31 de dezembro de 2017	Atualização monetária 31 de dezembro de 2017
Fiscais	51.278	3.204	(696)	19
Cíveis	2.177	13	(106)	(98)
Trabalhistas	4.204	1.283	(2.848)	744
Outros créditos	(50.565)	(2.834)		(53.399)
Total Controladora	7.199	1.666	(3.650)	665
Processo em subsidiárias	170			170
Total Consolidado	8.293	1.666	(4.176)	785

(a) **Processos fiscais:** Corresponde a obrigações legais relativas a: (i) PIS e COFINS sobre ICMS de vendas no montante de R\$ 9.585 (R\$ 9.020 em 31 de dezembro de 2016) e R\$44.151 (R\$ 39.532 em 31 de dezembro de 2016), respectivamente. Em 24 de outubro de 2006, a Companhia ingressou com a ação ordinária na qual questiona a constitucionalidade da inclusão do ICMS sobre vendas na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 15 de março de 2017, ao julgar o Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, submetido ao rito da repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria dos votos, decidiu que o ICMS não integra a base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS, eis que, destinado ao Estado, não está contemplado pelo artigo 150, VI, da Constituição Federal, cujo objeto é o direito de corrigir monetariamente o balanço patrimonial do ano-calendário em julgado até a data desse relatório encerravam-se os meses de janeiro e fevereiro daquele ano, e afastar os índices de inflação da legislação então em vigor (Plano Verão). A Companhia protocolou em 6 de setembro de 2017 o pedido de habilitação do respectivo crédito perante a Receita Federal e aguarda a análise e deferimento de tal órgão, observando-se que o crédito poderá ser compensado com tributos federais de exercícios futuros. A Companhia estima, com base em cálculos preliminares, que o referido crédito, atualizado pelos índices de correção monetária reconhecidos pelos tribunais, corresponde a aproximadamente R\$ 44 milhões, antes dos tributos incidentes, cujo impacto no lucro líquido estima-se em aproximadamente R\$ 30 milhões. (b) **Processos cíveis:** Referem-se a processos cíveis em que figura a Companhia como ré, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) revisão/rescisão de contratos; (ii) indenizações e (iii) anulação de protestos de títulos com perdas e danos, dentre outros. (c) **Processos trabalhistas:** A Companhia constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como reclamada, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) horas extras pela diminuição do intervalo para refeição; (ii) insalubridade/periculosidade; (iii) estabilidade pré-aposentadoria; (iv) indenizações por acidente de trabalho/doença ocupacional; e (v) responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas, dentre outros. As causas classificadas como de risco possível, na natureza fiscal, civil e trabalhista, discutem assuntos similares aos descritos acima. A Administração da Companhia acredita que o desfecho das causas em andamento não irá resultar em desembolso pela Companhia em valores superiores aos registrados na provisão. Os valores envolvidos não caracterizam obrigações legais. (d) **Depósitos judiciais:** A Companhia possui depósitos judiciais no montante de R\$ 48.799 (2016 - R\$ 48.588), dos quais R\$ 46.741 (2016 - R\$ 46.473) referem-se ao PIS e a COFINS sobre o ICMS de vendas conforme item (a) (i) e os demais depósitos são de diversas naturezas e classificados no ativo não circulante.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda é calculado com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$ 240 e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro líquido estimável, exceto pela contribuição social de lucro presumido. A seguir, encontra-se a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social da controladora, aplicando-se às alíquotas mencionadas, vigentes em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	Controladora 2017	2016	Consolidado 2017	2016
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	51.491	(47.257)	55.093	48.217
Alíquota vigente (imposto de renda e contribuição social)	34%	34%	34%	34%
Expectativa de receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente	(17.507)	16.067	(18.732)	16.394
Reconciliação para a taxa efetiva				
Equivalência patrimonial e provisão para passivo a descoberto em controlada	1.941	(4.995)	-	-
IR/CSL diferidos não constituídos de subsidiárias	-	-	(1.265)	(4.738)
Transfer price	(2.118)	(3.047)	(2.118)	(3.047)
Pesquisa e desenvolvimento	2.544	-	2.544	-
Outras adições (exclusões), líquidas	1.310	(463)	(2.132)	-
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(13.829)	7.562	(17.391)	8.748

(i) O valor nas demonstrações financeiras consolidadas é composto pela diferença nas apurações do imposto de renda e da contribuição social entre as formas de apuração real e presumido, devido à controladora Rominor ser optante pelo regime do lucro presumido durante os exercícios apresentados. Segue a composição de despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:

	Controladora 2017		2016		Consolidado 2017		2016	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Correntes	(7.023)	-	(13.192)	-	(6.806)	7.562	(3.947)	8.748
Diferidos	(6.806)	7.562	(3.947)	8.748	(13.829)	7.562	(17.139)	8.748
Total	(13.829)	7.562	(17.139)	8.748	(13.829)	7.562	(17.139)	8.748

Ativo (i):	Diferen- ças tem- porárias	Impos- tos de renda	Contri- buição social	Total	Diferen- ças tem- porárias	Impos- tos de renda	Contri- buição social	Total
Reservações de provisões para realização	9.178	3.290	12.419	47.242	11.880	4.262	11.880	47.242
Reintegração de máquinas	2.898	724	261	985	3.865	964	347	1.113
Prejuízo fiscal	68.834	13.785	6.047	19.832	77.549	16.932	6.914	23.846
Investimentos	452	113	41	154	335	84	30	114
Ajustes a valor presente - clientes e fornecedores	1.575	393	142	535	2.026	506	182	688
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	59.174	14.780	489	15.269	56.136	14.022	501	14.523
Comissões condicionadas	814	203	73	276	502	127	45	170
Participação dos administradores	1.551	-	140	140	158	-	14	14
Outras diferenças ativas temporárias	3.587	896	323	1.219	2.685	674	242	916

Imposto de renda e contribuição social, diferidos líquidos - controladora e consolidado

	Controladora e consolidado 2017	2016
195.436	40.023	10.806
50.829	190.944	45.108
12.527	57.635	

Diferenças temporariamente dedutíveis passivas:

	Controladora e Consolidado 2017	2016
Baixa do deságio da controlada Rominor	4.563	1.025
378	1.403	4.563
1.403	378	1.025
Imposto de renda e contribuição social, diferidos ativo - consolidado	190.873	38.998
190.873	38.998	10.428
49.426	185.931	44.083
12.149	56.232	

Baixa do deságio na aquisição de controlada (ii)

	Controladora e Consolidado 2017	2016
19.029	10.549	-
10.549	19.029	9.140
-	9.140	-

Mais valor apurado na aquisição de controlada (iii)

	Controladora e Consolidado 2017	2016
63.789	19.336	-
19.336	63.789	57.385
16.713	-	16.713

Imposto de renda e contribuição social, diferidos passivo - consolidado

	Controladora e consolidado 2017	2016
82.818	29.885	-
29.885	82.818	25.853
-	25.853	-

(i) O ativo diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, as quais não ultrapassam 10 anos, fundamentadas no melhor entendimento e na expectativa dos órgãos da Administração. As projeções de resultados tributáveis futuros incluem estimativas referentes à desempenho da economia brasileira e internacional, seleção de taxas de câmbio, volume e preço de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores históricos. (ii) O impacto do imposto de renda e da contribuição social decorrente do lucro líquido somente do lucro tributável, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia e de suas controladas no Brasil e no exterior, da expectativa de realização das diferenças temporariamente inaduetíveis, da existência de receitas não tributáveis, de despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido da Companhia e de suas controladas e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Portanto, a evolução da realização das diferenças temporariamente inaduetíveis não deve ser considerada como um indicativo de lucros futuros da Companhia de natureza fiscal. (iii) O impacto do imposto de renda e da contribuição social decorrente do lucro líquido do deságio, registrado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, gerado na aquisição da controlada Rominor e da Romi Itália, como parte da adoção dos CPCs. O imposto devido sobre o ganho decorrente da baixa do deságio será reconhecido no resultado no momento da efetiva realização desse deságio, que ocorrerá por alienação ou perecimento do investimento. Em 31 de dezembro de 2017, a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, registrados no ativo não circulante, controladora e consolidado, é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado 2017	2016
12.523	19.347	17.557
19.347	12.523	19.347
17.557	19.347	17.557
Total	49.426	49.426

Composição e movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal de Indústrias Romi S.A. procedeu ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e da Proposta de Destinação de Resultados e de Distribuição de Dividendos, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, bem como o Orçamento de Capital para o exercício de 2018. Com base nas informações disponibilizadas e, tendo recebido esclarecimentos por parte da Administração e dos Auditores Independentes, e ainda tendo em vista todas discussões havidas relativamente à ressalva contida no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, opina que referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária. Santa Bárbara d'Oeste, 6 de fevereiro de 2018

Alfredo Ferreira Marques Filho

Clóvis Ailton Madeira

Walter Luis Bernardes Albertoni

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da **Indústrias Romi S.A.** - Santa Bárbara d'Oeste - SP. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Indústrias Romi S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Indústrias Romi S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião com ressalva: Reversão da Provisão para ICMS sobre vendas incluído na base de cálculo de PIS e COFINS:** Conforme divulgado na nota explicativa 14, em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui registrado na rubrica provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis o montante de R\$ 53.736 mil referente aos valores relativos ao efeito da exclusão do ICMS da base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS, que não foram recolhidos de novembro de 2006 a dezembro de 2017, mas foram, entretanto, depositados judicialmente. Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF), apreciando o tema da repercussão geral, decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS. Desta forma, com base nas diretrizes do CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, entendemos que já não é mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos futuros para liquidar esta obrigação e, sendo assim, a referida provisão deveria ter sido revertida na data do balanço. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2017, o valor do ativo não circulante e total do ativo, individuais e consolidados, estão apresentados a menor em R\$81.320 mil, enquanto que o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 e o lucro líquido do exercício findo naquela data, individuais e consolidados, estão apresentados a menor em R\$ 53.671 mil, líquido de efeitos tributários. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima, a provisão registrada pela Companhia referente a ação judicial de questionamento da constitucionalidade da inclusão do ICMS sobre vendas na base de cálculo do PIS e da COFINS não atende aos critérios para reconhecimento da provisão, de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS. A manutenção da respectiva provisão afeta significativamente a apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Concluimos que as outras informações apresentam distorção relevante pela mesma razão com relação aos valores e outros aspectos descritos na seção "Base para opinião com ressalva". **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva" determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo,

forneem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Imposto de renda diferido ativo:** A Companhia e suas controladas reconheceram imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social conforme detalhado na nota explicativa 15. Em 31 de dezembro de 2017, o montante de imposto diferido ativo líquido era de R\$ 49.426 mil na Controladora e R\$ 49.426 mil no Consolidado. A Companhia reconhece estes tributos diferidos na extensão em que haja lucro tributável futuro. Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à subjetividade e julgamento na estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros. Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, envolvemos nossos profissionais especialistas em avaliação para nos auxiliar nas análises sobre as projeções de resultados e realização futura desses impostos diferidos ativos; envolvemos nossos especialistas em impostos para nos auxiliar nas análises sobre o cálculo dos impostos diferidos ativos; realizamos teste dos controles implementados pela Companhia sobre os impostos diferidos ativos, incluindo os controles sobre a análise de realização de tais tributos; analisamos as projeções para a realização dos impostos diferidos preparados pela Administração, que incluíram, principalmente: i) teste das informações financeiras projetadas utilizadas; ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria, competidores e cenário econômico financeiro do ambiente nacional e internacional; e iii) análise do uso de método de avaliação e de informações externas. Tais informações são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado por aqueles responsáveis pela governança. Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação aos impostos diferidos ativos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade do imposto de renda diferido ativo mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do imposto de renda diferido ativo adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Recuperabilidade do ativo imobilizado:** A Companhia e suas controladas possuem ativo imobilizado significativo, conforme detalhado na nota explicativa 10. Em 31 de dezembro de 2017, esses montantes eram de R\$ 190.852 mil na Controladora e R\$ 257.939 mil no Consolidado. A Companhia reconhece e mantém esses ativos registrados na medida em que haja indicativos de que os mesmos sejam integralmente recuperáveis ao longo da vida útil com base nos fluxos de caixa futuros descontados. A Administração avaliou a recuperabilidade desses ativos por meio da elaboração de projeções de fluxo de caixa futuro para as três Unidades Geradoras de Caixa identificadas. A Administração utilizou premissas subjetivas e julgamentos nos cálculos das projeções para cada uma das Unidades Geradoras de Caixa. Envidamos, portanto, esforços de auditoria significativos na análise das projeções de geração de caixa das unidades. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o uso de especialistas em avaliação para nos auxiliar a avaliar as premissas e metodologias usadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de fluxos de caixa futuros e o processo pelo qual elas são elaboradas e testamos as principais premissas que lhes serviram de base, como volumes e preços de venda, expectativas de desempenho de economia brasileira e internacional bem como taxas de câmbio. Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação à recuperabilidade do ativo imobilizado. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o recuperabilidade do ativo, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos respectivos ativos, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.8 e 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão concluídas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção intitulada "Base para opinião com ressalva", essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório, em 7 de fevereiro de 2017, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por

fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as seqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 6 de fevereiro de 2018



ERNST & YOUNG
 Auditores Independentes S.S.
 CRC ZSP034519/O-6

Luís Alexandre Marini
 Contador CRC-1SP182975/O-5

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os diretores inframencionados, declaram que revisaram e discutiram a opinião expressa no parecer dos auditores independentes, Ernst & Young, referente as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A referida opinião é de que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados, exceto pela ressalva sobre a reversão da provisão para ICMS sobre vendas incluído na base de cálculo de PIS e COFINS. Na opinião da Companhia, tendo como base os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em conjunto com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS), a possibilidade de modulação de efeitos, onde se decidirá por um corte temporal entre diversos possíveis, assim como a possibilidade de alteração da sistemática a ser utilizada pelos contribuintes para a quantificação dos créditos, representam uma grande incerteza quanto ao seu desfecho

final. Apenas após os referidos esclarecimentos, que possivelmente serão trazidos pelo trânsito em julgado a ser publicado pelo Supremo Tribunal Federal, após ter concluído sobre a análise dos Embargos de Declaração apresentados pela União é que poderão permitir a análise e conclusão objetiva do êxito envolvido e consequente impacto contábil necessário. Portanto, na fase atual do processo, a Companhia não possui condições de avaliar qual será a modulação, tampouco a sistemática a ser adotada na determinação do valor a pagar do PIS e da COFINS e, conseqüentemente, do valor dos créditos tributários. Como conclusão, a Companhia possui o entendimento de que o valor da referida provisão, em 31 de dezembro de 2017, deva ser mantida até o desfecho final do assunto. Em linha com esse entendimento, a Companhia, em 29 de janeiro de 2018, protocolou junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") consulta, pela qual solicita a manifestação da CVM quanto ao tratamento contábil referente ao reflexo da decisão preliminar do Supremo Tribunal Federal a respeito da inclusão do ICMS sobre vendas na base de cálculo do PIS e da

COFINS, conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 30 de janeiro de 2018. As informações relevantes sobre o assunto têm sido divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 14 - Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis às Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Santa Bárbara d'Oeste, 06 de fevereiro de 2018

Luiz Cassiano Rando Rosolen - Presidente
William dos Reis - Vice-Presidente
Fábio Barbanti Tajar - Diretor de Relações com Investidores
Francisco Vita Júnior - Diretor
Fernando Marcos Cassoni - Diretor